

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de leasing e de empréstimos consignados, atuando como financeira do Bradesco.

No segmento veículos, os serviços são oferecidos por uma Rede conveniada, com mais de 17 mil parceiros em todo o País, formada por Revendas e Concessionárias de veículos leves, de motos e de veículos de transporte. Para atendimento no segmento de empréstimos consignados, atua em todos os Estados brasileiros na captação de clientes, por meio de 1.301 Correspondentes, tanto no mercado quanto em Agências do Banco Bradesco, e em folhas de pagamento de empresas do Setor Privado, destacando-se a

parceria com os segmentos Bradesco Empresas e Corporate.

No seguimento de empréstimos consignados, a produção de novos negócios apresentou crescimento de 41,4% no 4º trimestre de 2012, em comparação ao mesmo período de 2011, proporcionando crescimento de 50,0% na carteira de crédito consignado. Esse é o resultado da estratégia e da estruturação de uma equipe dedicada ao atendimento de convênios junto ao INSS, órgãos públicos e empresas privadas, aumentando a concessão de recursos nessa modalidade.

O Lucro Líquido do exercício de 2012 foi de R\$ 1,099 bilhão e o Patrimônio Líquido de R\$ 26.760 bilhões.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 25 de janeiro de 2013.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		2012	2011	2012		2011
ATIVO				PASSIVO		
CIRCULANTE		45.140.692	42.574.388	CIRCULANTE		20.051.434
DISPONIBILIDADES (Nota 4)		172	164	DEPÓSITOS (Nota 14a)		16.436.279
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)		27.218.082	27.005.962	Depósitos Interfinanceiros		16.189.720
Aplicações no Mercado Aberto		177.717	125.597	OUTRAS OBRIGAÇÕES		3.615.155
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		27.040.365	26.880.365	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		7.249
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS				Sociais e Estatutárias		10.437
DERIVATIVOS (Nota 6)		304.363	265.176	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)		1.310.109
Carteira Própria		223.704	190.364	Diversas (Nota 16b)		2.287.360
Vinculados à Prestação de Garantias		80.659	74.812			
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		30.973	24.846	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		26.921.190
Créditos Vinculados (Nota 7)		-	3.494	DEPÓSITOS (Nota 14a)		22.792.977
Correspondentes		30.973	21.352	Depósitos Interfinanceiros		22.792.977
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)		15.763.222	13.735.297	OUTRAS OBRIGAÇÕES		4.128.213
Operações de Crédito - Setor Privado		16.728.180	14.412.804	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)		2.776.026
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa		(964.958)	(677.507)	Diversas (Nota 16b)		1.352.187
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)		(42.351)	(86.576)			
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado		280.491	540.800	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		132.230
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil		(262.836)	(512.119)	Receitas de Exercícios Futuros		132.230
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa		(60.006)	(115.257)			
OUTROS CRÉDITOS		1.104.015	1.115.331	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)		26.760.296
Avais e Fianças Honoradas		-	3.781	Capital:		
Rendas a Receber (Nota 9a)		169	323	- De Domiciliados no País		22.010.000
Negociação e Intermediação de Valores		-	78	Reservas de Lucros		4.750.055
Diversos (Nota 9b)		1.103.849	1.118.631	Ajustes de Avaliação Patrimonial		241
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		-	(3)			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)		762.216	514.188			
Outros Valores e Bens		214.030	165.144			
Provisões para Desvalorizações		(121.509)	(72.949)			
Despesas Antecipadas		669.695	421.993			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		24.123.376	21.953.359			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)		129.374	674.585			
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		129.374	674.585			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS						
DERIVATIVOS (Nota 6)		218	-			
Carteira Própria		218	-			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)		19.334.634	17.884.719			
Operações de Crédito - Setor Privado		20.396.191	18.721.723			
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa		(1.061.557)	(837.004)			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)		(81.891)	(155.817)			
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado		138.821	454.482			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil		(137.123)	(449.745)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa		(83.589)	(160.554)			
OUTROS CRÉDITOS		3.850.492	2.828.814			
Diversos (Nota 9b)		3.850.492	2.828.817			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)		890.549	721.058			
Despesas Antecipadas		890.549	721.058			
PERMANENTE		4.601.082	7.234.620			
INVESTIMENTOS (Nota 11)		459.372	476.297			
Participações em Coligadas e Controladas:						
- No País		455.967	472.926			
- No Exterior		-	209			
Outros Investimentos		12.808	12.808			
Provisões para Perdas		(9.612)	(9.612)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)		6.305	7.538			
Outras Imobilizações de Uso		19.255	24.632			
Depreciações Acumuladas		(12.950)	(17.094)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 8i)		4.098.557	6.719.864			
Bens Arrendados		4.904.722	7.387.494			
Depreciações Acumuladas/Superveniência de Depreciação		(806.165)	(667.630)			
DIFERIDO (Nota 13)		229	933			
Gastos de Organização e Expansão		7.681	7.730			
Amortização Acumulada		(7.452)	(6.797)			
INTANGÍVEL (Nota 13)		36.619	29.988			
Ativos Intangíveis		57.606	41.338			
Amortização Acumulada		(20.987)	(11.350)			
TOTAL		73.865.150	71.762.367	TOTAL		73.865.150

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
ACE RESEGUROADORA S.A.	33
ACE SEGURADORA S.A.	73
AIG SEGUROS BRASIL S.A.	62
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.	50
CIA ITAU DE CAPITALIZAÇÃO	2
COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS RUBI	71
GRALHA AZUL PARTICIPAÇÕES LTDA	15
IOCHPE MAXION SA	37
ITAU SEGUROS SA	55
ITAU VIDA E PREVIDENCIA S.A.	5
PARANA CIA DE SEGUROS	11
TOKIO MARINE SEGURADORA S/A	80
TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A.	19
WHIRLPOOL S.A.	27

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2012	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2012	2011
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.600.198	13.136.924	12.327.037
Operações de Crédito (Nota 8g)	4.285.041	8.251.273	6.587.796
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	1.337.932	2.718.289	2.678.222
Resultado das Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6e)	977.215	2.167.281	3.065.855
Resultado das Aplicações Compulsórias (Nota 7b)	10	164	164
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.299.267	8.554.512	7.688.122
Operações de Captações no Mercado (Nota 14b)	2.131.612	4.271.410	4.166.428
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	1.226.261	2.480.125	2.390.913
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 8c e f)	941.394	1.802.977	1.130.781
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.300.931	4.582.412	4.638.915
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(1.461.006)	(2.520.781)	(1.403.736)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18)	24.509	55.722	64.251
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 18)	133.162	333.428	421.913
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(26.289)	(53.232)	(50.241)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(434.518)	(851.484)	(864.119)
Despesas Tributárias (Nota 21)	(171.023)	(326.234)	(294.926)
Resultado de Participações em Coligadas Controladas (Nota 11a)	(8.649)	(16.905)	(3.345)
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	97.839	197.414	680.732
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(1.076.037)	(1.859.490)	(1.357.621)
RESULTADO OPERACIONAL	839.925	2.061.631	3.235.179
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)	(93.386)	(182.216)	(100.004)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	746.539	1.879.415	3.135.175
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 26)	(309.481)	(780.760)	(842.464)
LUCRO LÍQUIDO	437.058	1.098.635	2.292.711
Número de ações (mil) (Nota 17a)	24.730.835	24.730.835	24.730.835
Lucro por lote de mil ações em R\$	17,67	44,42	92,71

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2012	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	746.539	1.879.415	3.135.175
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	941.394	1.802.977	1.130.781
Depreciações e Amortizações	321.323	766.505	1.566.080
Constituições de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	326.886	563.544	539.533
Constituições (Reversões) de Provisões para Desvalorização de Bens não de Uso Próprio	16.092	48.561	(20.773)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	8.649	16.905	3.345
Insuficiência/Superveniência de Depreciação	889.567	1.667.300	763.503
(Ganho)/Perda na Venda de Investimento	(2.827)	(2.827)	(32.671)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado de Uso	29	256	6
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	80.092	136.226	153.442
Outros	109.204	198.585	127.751
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	3.436.948	7.077.447	7.366.172
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.019.762)	385.212	(279.817)
Financiamentos Derivativos	(18.818)	(38.624)	(36.327)
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(7.407)	(9.622)	(21.300)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	(1.591.914)	(5.391.954)	(7.633.353)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(191.850)	(1.132.661)	(1.012.820)
(Aumento)/Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	1.477	3.494	(2.420)
Aumento/(Redução) em Depósitos	793.416	2.097.145	3.930.314
Aumento/(Redução) em Outros Obrigações	(923.267)	(1.332.001)	(903.313)
Aumento/(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	(27.629)	(80.412)	131.068
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(265.202)	(1.526.019)	(783.984)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	185.992	52.005	754.220
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
(Aumento)/Redução em Títulos Disponível para Venda	(328)	(312)	429
(Aumento)/Redução em Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	2.433
Alienação de Bens não de Uso Próprio	109.847	193.141	242.614
Alienação de Imobilizado de Uso e Arrendamento	2.927	2.927	34.396
Aquisição de Bens não de Uso Próprio	(226.440)	(378.253)	(290.968)
Aquisição de Investimentos	-	(150)	(2)
Aquisição de Imobilizado de Uso e Arrendamento	(70.602)	(163.477)	(302.456)
Aplicações no Diferido/Intangível	(10.682)	(16.253)	(7.766)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	319	319	301
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(35.878)	123	322.320
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	(1.071.472)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	-	(1.071.472)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	150.114	52.128	5.068
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	27.775	125.761	120.693
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	177.889	177.889	125.761
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	150.114	52.128	5.068

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados
		Legal	Estatutárias	Próprias	Acumulados	
Saldos em 30.6.2012	22.010.000	282.811	4.034.338	(252)	-	26.326.897
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	493	-	493
Lucro Líquido	-	-	-	-	437.058	437.058
Destinações: - Reservas	-	21.853	411.053	-	(432.906)	-
- Dividend						

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição), é uma Instituição financeira que tem como objetivo social a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias permitidas às instituições financeiras e inerentes às carteiras de banco comercial, de arrendamento mercantil e sociedade de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Bradesco Financiamentos é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas Demonstrações Contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução do valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 25 de janeiro de 2013.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Aparentação do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84, do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos, destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

g) Operações de crédito, de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizados de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancar, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% ao ano na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20% ao ano; móveis e utensílios, 10% ao ano; máquinas e equipamentos, 10% ao ano; e outros bens, 10% ao ano ou 20% ao ano.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento. (Nota 8)

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens II a IV acima diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre as adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

i) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no resultado de acordo com o princípio da competência. Inclui seguro prestamista e comissões pagas, principalmente à revendedores e concessionárias de veículos e promotoras de venda terceirizadas, pela colocação de operações de crédito.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, os quais são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fazem parte dos ativos do Banco ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados.

j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano; e sistemas de transportes e processamento de dados - 20% a 50% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

l) Diferido e Intangível

Ativo Diferido - está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas de 20% ao ano, calculadas pelo método linear. A partir de 8 de dezembro de 2008 as novas aquisições passaram a ser registradas no ativo intangível de acordo com a Carta Circular nº 3.357/08 do BACEN.

Ativo Intangível - correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Compostos por *softwares*, que estão registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data de sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *softwares* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

m) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisitos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

n) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutora do passivo correspondente.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 15a);

Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 15b e c); e

Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 15b).

p) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional	101	102
Aplicações em ouro	71	62
Total de disponibilidades (caixa)	172	164
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	177.717	125.597
Total caixa e equivalentes de caixa	177.889	125.761

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2012	2011
Aplicações no mercado aberto:						
Posição Bancada						
- Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	125.597
- Notas do Tesouro Nacional	177.717	-	-	-	177.717	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros						
- Aplicações em depósitos interfinanceiros	75.987	26.750.434	213.944	129.374	27.169.739	27.554.950
Total em 2012	253.704	26.750.434	213.944	129.374	27.347.456	
%	0,9	97,8	0,8	0,5	100,0	
Total em 2011	272.842	26.168.719	564.401	674.585		27.680.547
%	1,0	94,5	2,0	2,5		100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:		
- Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	15.705	19.639
- Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	2.112.864	3.014.421
Total (Nota 6e)	2.128.569	3.034.060

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira por emissor

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	1 a 30 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos (1)							
Títulos públicos	-	82.833	82.833	82.841	(8)	76.338	(17)
Letras financeiras do tesouro	-	82.833	82.833	82.841	(8)	76.338	(17)
Títulos privados	221.530	218	221.748	221.347	401	188.838	(379)
Cotas de fundos de investimento - FIDC	211.430	-	211.430	211.430	-	179.830	-
Ações	3.002	-	3.002	2.219	783	2.222	3
Outros	7.098	218	7.316	7.698	(382)	6.786	(382)
Total em 2012	221.530	83.051	304.581	304.188	393	265.176	(396)
Total em 2011	188.620	76.556					

b) Classificação por categorias e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	1 a 30 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos (1)							
Títulos para negociação (1):	218.528	82.833	301.361	301.369	(8)	262.736	(17)
Letras Financeiras do Tesouro	-	82.833	82.833	82.841	(8)	76.338	(17)
Cotas de fundos de investimento - FIDC	211.430	-	211.430	211.430	-	179.830	-
Outros	7.098	-	7.098	7.098	-	6.568	-
Títulos disponíveis para venda:	3.002	218	3.220	2.819	401	2.440	(379)
Ações	3.002	-	3.002	2.219	783	2.222	3
Outros	-	218	218	600	(382)	218	(382)
Total em 2012	221.530	83.051	304.581	304.188	393	265.176	(396)
Total em 2011	188.620	76.556					

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

	Curso normal						2012 (A)	%	2011 (A)	%
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Operações de crédito										
Empréstimos e títulos descontados	400.917	423.624	382.301	1.141.266	2.050.838	7.628.273	12.027.219	35,9	8.052.008	25,9
Financiamentos	1.037.308	969.322	893.339	2.545.908	4.390.973	10.856.345	20.693.195	61,8	21.329.576	68,6
Subtotal	1.438.225	1.392.946	1.275.640	3.687.174	6.441.811	18.484.618	32.720.414	97,7	29.381.584	94,5
Operações de arrendamento mercantil	59.009	47.819	44.500	119.882	192.531	287.978	751.719	2,3	1.712.403	5,5
Outros créditos (1)	1.497.234	1.440.785	1.320.140	3.807.056	6.634.342	18.772.596	33.472.133	100,0	31.093.987	100,0
Outros créditos (2)	24	24	24	26	4	102	-	-	566	-
Total das operações de crédito	1.497.258	1.440.789	1.320.164	3.807.082	6.634.346	18.772.596	33.472.235	100,0	31.094.653	100,0
Avais e Fianças (2)	-	-	-	-	-	2.255	2.255	-	3.793	-
Total em 2012	1.497.258	1.440.789	1.320.164	3.807.082	6.634.346	18.774.851	33.474.490	100,0		
Total em 2011	1.361.918	1.263.768	1.234.505	3.408.655	5.991.425	17.838.175			31.098.446	100,0

	Curso anormal					2012 (B)	%	2011 (B)	%
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias				
Operações de crédito									
Empréstimos e títulos descontados	16.255	13.619	8.930	16.861	11.415	67.080	8,0	46.243	6,5
Financiamentos	154.945	129.343	80.135	160.749	181.392	706.564	83,8	548.853	77,1
Subtotal	171.200	142.962	89.065	177.610	192.807	773.644	91,8	595.096	83,6
Operações de arrendamento mercantil	17.703	13.146	7.837	14.635	16.050	69.371	8,2	110.179	15,5
Subtotal	188.903	156.108	96.902	192.245	208.857	843.015	100,0	705.275	99,1
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	6.237	0,9
Total em 2012	188.903	156.108	96.902	192.245	208.857	843.015	100,0		
Total em 2011	178.567	143.930	79.836	158.086	151.093			711.512	100,0

	Curso anormal							2012	%	2011	%
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Parcelas vencidas				
Operações de crédito											
Empréstimos e títulos descontados	15.998	16.800	13.940	42.854	75.389	254.951	419.932	10,9	271.146	7,5	12.514.231
Financiamentos	154.687	154.607	141.362	402.930	700.173	1.656.622	3.210.381	83,7	2.886.701	79,2	24.610.140
Subtotal	170.685	171.407	155.302	445.784	775.562	1.911.573	3.630.313	94,6	3.157.847	86,7	37.124.371
Operações de arrendamento mercantil	15.801	14.374	13.333	35.596	56.156	72.962	208.222	5,4	484.830	13,3	1.029.312
Subtotal	186.486	185.781	168.635	481.380	831.718	1.984.535	3.838.535	100,0	3.642.677	100,0	38.153.683
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.228
Total das operações de crédito	186.486	185.781	168.635	481.380	831.718	1.984.535	3.838.535	100,0	3.643.905	100,0	38.153.785
Avais e Fianças (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.255
Total em 2012	186.486	185.781	168.635	481.380	831.718	1.984.535	3.838.535	100,0	3.643.905	100,0	38.156.040
Total em 2011	172.138	163.933	158.612	432.602	751.658	1.964.962			3.643.905	100,0	35.453.863

(1) A rubrica "Outros Créditos" compreende devedores por compra de valores e bens; e
(2) Registrados em Contas de Compensação.

b) Modalidades e níveis de risco

	Nível de risco										2012	%	2011	%	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total					
Operações de crédito															
Empréstimos e títulos descontados	-	12.024.693	128.955	99.491	58.711	38.161	28.580	23.265	112.375	12.514.231	32,8	8.369.397	23,6		
Financiamentos	231	20.545.385	1.073.247	901.363	368.460	272.867	222.076	205.523	1.020.988	24.610.140	64,5	24.765.130	69,9		
Subtotal	231	32.570.078	1.202.202	1.000.854	427.171	311.028	250.656	228.788	1.133.363	37.124.371	97,3	33.134.527	93,5		
Operações de arrendamento mercantil	67	653.915	138.062	68.123	27.514	19.008	13.276	14.504	94.843	1.029.312	2,7	2.307.412	6,5		
Subtotal	298	33.223.993	1.340.264	1.068.977	454.685	330.036	263.932	243.292	1.228.206	38.153.683	100,0	35.441.939	100,0		
Outros créditos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.131	-		
Total em 2012	298	33.223.993	1.340.264	1.069.079	454.685	330.036	263.932	243.292	1.228.206	38.153.785	100,0	35.450.070	100,0		
Avais e Fianças (2)	-	87,1	3,5	2,8	1,2	0,9	0,7	0,5	3,2	-	-	3.793	-		
Total em 2011	343	30.610.531	1.719.659	1.013.425	402.648	305.187	251.336	205.781	941.160			35.450.070	100,0		
Total em 2011	172.138	163.933	158.612	432.602	751.658	1.964.962			3.643.905	100,0		35.453.863	100,0		

c) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Nível de risco										2012	%	2011	%	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total					
Operações de crédito															
Empréstimos e títulos descontados	-	12.024.693	128.955	99.491	58.711	38.161	28.580	23.265	112.375	12.514.231	32,8	8.369.397	23,6		
Financiamentos	231	20.545.385	1.073.247	901.363	368.460	272.867	222.076	205.523	1.020.988	24.610.140	64,5	24.765.130	69,9		
Subtotal	231	32.570.078	1.202.202	1.000.854	427.171	311.028	250.656	228.788	1.133.363	37.124.371	97,3	33.134.527	93,5		
Operações de arrendamento mercantil	67	653.915	138.062	68.123	27.514	19.008	13.276	14.504	94.843	1.029.312	2,7	2.307.412	6,5		
Subtotal	298	33.223.993	1.340.264	1.068.977	454.685	330.036	263.932	243.292	1.228.206	38.153.683	100,0	35.441.939	100,0		
Outros créditos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.131	-		
Total em 2012	298	33.223.993	1.340.264	1.069.079	454.685	330.036	263.932	243.292	1.228.206	38.153.785	100,0	35.450.070	100,0		
Avais e Fianças (2)	-	87,1	3,5	2,8	1,2	0,9	0,7	0,5	3,2	-	-	3.793	-		
Total em 2011	343	30.610.531	1.719.659	1.013.425	402.648	305.187	251.336	205.781	941.160			35.450.070	100,0		

d) Concentração das operações de crédito

	2012		2011	
	2012	%	2011	%
Maior devedor	4.006	298	4.865	298
Dez maiores devedores	30.333	0,1	34.182	0,1
Vinte maiores devedores	51.538	0,2	58.656	0,2
Cinquenta maiores devedores	97.187	0,3	110.273	0,3
Com maiores devedores	150.704	0,4	167.136	0,5

e) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2012	%	2011	%
Setor Privado	38.153.785	100,0	35.450.070	100,0
Indústria	293.225	0,7	352.550	1,0
Alimentícia e bebidas	51.798	0,2	60.471	0,2
Móveis e produtos de madeira	35.630	0,1	44.423	0,1
Siderurgia, metalurgia e mecânica	55.395	0,2	62.709	0,2
Extração de minerais metálicos e não metálicos	17.349	0,1	24.307	0,1
Materiais não metálicos	34.233	0,1	45.330	0,1
Têxtil e confecções	32.535	0,1	37.855	0,1
Química	13.700	0,1	15.308	0,1
Eletroeletrônica	6.894	-	7.701	-
Artigos de borracha e plástico	12.912	-	16.356	0,1
Edição, impressão e reprodução	10.355	-	11.621	-
Refino de petróleo e produção de álcool	458	-	598	-
Artifatos de couro	6.703	-	7.984	-
Papel e celulose	4.119	-	4.503	-
Veículos leves e pesados	3.164	-	3.236	-
Autopeças e acessórios	3.777	-	4.369	-
Demais Indústrias	4.203	-	5.779	-
Comércio	1.014.482	2,7	1.175.381	3,3
Produtos em lojas especializadas	354.369	1,0	413.139	1,2
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	119.641	0,3	145.925	0,4
Reparação, peças e acessórios para veículos automotores	119.525	0,3	133.855	0,4
Vestuário e calçados	65.106	0,2	72.099	0,2
Resíduos de sucatas	37.084	0,1	45.829	0,1
Combustíveis	26.229	0,1	32.384	0,1
Varejista não especializado	78.764	0,2	92.616	0,3
Artigos de uso pessoal e domésticos	39.905	0,1	51.570	0,1

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Quantidade de ações/ cotas possuídas		Participação no capital (%)	Lucro líquido/ (prejuízo) ajustado	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)			
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado			2012	2011	2012	2011		
Ramo financeiro										
Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	22.300	43.102	-	18.000	99.999	1.924	43.102	41.197	1.924	8.182
BMC Asset Management DTVM Ltda.	5.020	9.698	-	1.860	99.999	386	9.698	9.315	386	6.185
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	172.000	330.205	127.700	-	100.000	15.524	330.205	314.829	15.524	19.163
Outras atividades										
BF Promotora de Vendas Ltda.	111.220	71.392	-	111.220	99.999	(34.684)	71.391	106.076	(34.684)	(36.817)
Banco Bradesco Europe S.A.	548.373	769.235	1	-	0,027137	66.513	209	175	18	12
Promossec Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros.	3.150	1.171	-	6	100,000	(88)	1.171	1.109	(88)	(66)
Outras Participações.	-	-	-	-	-	-	400	400	-	-
Ganho/perda cambial de investimento no exterior.	-	-	-	-	-	-	-	-	15	(4)
Total de Investimentos.						456.176	473.101	(16.905)	(3.345)	

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas Companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultados, quando aplicáveis.

b) Outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Investimentos por incentivos fiscais	12.216	12.216
Títulos patrimoniais	2	2
Outros investimentos	590	590
Subtotal	12.808	12.808
Provisão para perdas	(9.612)	(9.612)
Total	3.196	3.196

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplem a vida útil-econômica dos bens.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Imóveis de uso:		
- Imobilizações em curso	-	-
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10 %	7.052
Sistemas de segurança e comunicações	10 %	1.144
Sistemas de processamento de dados	20 %	11.059
Total em 2012	19.255	(12.950)
Total em 2011	24.632	(17.094)

13) DIFERIDO E INTANGÍVEL

O ativo diferido é demonstrado ao custo de aquisição, amortizado pelo método linear à taxa anual de 20%. O valor do custo líquido de amortização em 31 de dezembro de 2012 correspondia a R\$ 229 mil (2011 - R\$ 933 mil). Amortizações acumuladas correspondiam a R\$ 7.452 mil (2011 - R\$ 6.797 mil).

Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por softwares e respectivos gastos com desenvolvimento. Em 31 de dezembro de 2012 apresentava o valor custo do líquido de amortização de R\$ 36.619 mil (2011 - R\$ 29.988 mil). Amortizações acumuladas correspondiam a R\$ 20.987 mil (2011 - R\$ 11.350 mil).

14) DEPÓSITOS

a) Depósitos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos interfinanceiros	1.497.806	7.519.836	7.418.637	22.792.977	39.229.256
Total em 2012	1.497.806	7.519.836	7.418.637	22.792.977	39.229.256
%	3,8	19,2	18,9	58,1	100,0
Total em 2011	1.578.856	7.301.481	7.309.383	20.942.390	37.132.110
%	4,2	19,7	19,7	56,4	100,0

b) Despesas de captação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Depósitos interfinanceiros	4.271.410	4.166.428
Total	4.271.410	4.166.428

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A empresa é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

IV - Movimentação das provisões:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e Previdenciárias (1)
Saldo no início do exercício	28.476	97.471	1.641.266
Atualização monetária	3.117	11.559	121.165
Constituições líquidas de reversões e baixas	(3.870)	89.942	341.631
Pagamentos	-	(99.386)	-
Transferências	-	-	14.112
Saldo no final do exercício (Nota 16)	27.723	99.586	2.118.174

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Provisões para riscos fiscais (Nota 15b)	2.118.174	1.641.266
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 26c)	962.787	1.348.669
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	942.466	713.018
Impostos e contribuições a recolher	62.708	64.129
Total	4.086.135	3.767.082

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Credores por antecipação de valor residual (Nota 8h)	3.088.598	4.445.870
Credores diversos	365.704	324.590
Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 15b)	127.309	125.947
Provisão para pagamentos a efetuar	57.936	66.783
Outras	-	28
Total	3.639.547	4.963.218

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social no montante de R\$ 22.010.000 mil (2011 - R\$ 22.010.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 24.730.834.643 ações ordinárias, nominativas-escrituras, sem valor nominal.

b) Reserva de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Reservas de Lucros	4.750.055	3.661.857
- Reserva Legal (1)	304.664	249.732
- Reserva Estatutária (2)	4.445.391	3.412.125

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos relativos aos respectivos exercícios findos em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2012	2011
Lucro Líquido	1.098.635	2.292.711
(-) Reserva Legal - 5% sobre o lucro	(54.932)	(114.635)
Base de cálculo	1.043.703	2.178.076
Dividendos propostos	10.437	-
Juros sobre o capital próprio (1)	-	1.060.000
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1%	48,7%

(1) Pagos em 28 de outubro de 2011, conforme Ata da Reunião da Diretoria de 30 de setembro de 2011.

18) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Rendas de cadastro	333.428	421.913
Taxa de avaliação/substituição de bem	53.815	60.752
Taxa de aditamento de contratos	1.774	3.362
Outras	133	137
Total	389.150	486.164

19) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Proventos	17.748	18.607
Provisões trabalhistas	12.311	10.841
Participação dos empregados nos lucros	8.465	8.073
Benefícios	7.029	6.142
Encargos sociais	6.706	5.865
Treinamento	973	1.093
Total	53.232	50.621

20) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Serviços técnicos especializados	484.972	474.305
Serviços de terceiros e do sistema financeiro	152.653	140.272
Processamento de dados	50.529	37.842
Doações - Lei Rouanet	34.521	29.854
Comunicações	33.413	35.376
Propaganda, promoções e publicidade	13.639	75.459
Depreciação e amortização	12.748	11.493
Viagens	6.843	5.384
Aluguéis	4.383	2.954
Transportes	4.370	4.093
Manutenção e conservação de bens	1.026	853
Arrendamento de bens	246	1.914
Outras	52.141	44.320
Total	851.484	864.119

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
COFINS	261.568	244.261
PIS	42.505	39.692
Imposto sobre serviços de qualquer natureza ISS	5.269	6.867
Outras	16.892	4.106
Total	326.234	294.926

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Reversão de provisões fiscais	-	497.454
Atualizações monetárias ativas	104.755	88.895
Recuperação de encargos e despesas	25.730	23.698
Reversão de provisões operacionais	43.800	5.071
Outras	23.129	65.614
Total	197.414	680.732

23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Comissões e serviços de intermediação de crédito (1)	1.066.674	408.592
Provisões para perdas em operações de empréstimos consignado	198.585	127.553
Atualizações monetárias passivas	142.990	144.548
Indenizações cíveis	118.475	84.057
Busca e apreensão de veículos	88.420	77.270
Perdas em operações de empréstimos	76.042	177.511
Provisões cíveis	14.323	38.661
Seguro prestamista	2.411	6.954
Provisões para riscos fiscais	-	247.161
Outras	151.570	45.314
Total	1.859.490	1.357.621

(1) A variação deve-se basicamente ao aumento no volume de negócio e aprimoramento da metodologia de amortização de despesas antecipadas.

24) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Prejuízo na alienação de valores e bens	(136.226)	(153.442)
Lucro na alienação de investimentos	2.827	32.671
Prejuízo na alienação de imobilizado de uso	(256)	(6)
Constituição/Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	(48.561)	20.773
Total	(182.216)	(100.004)

25) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador, empresas coligadas e controladas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Ativos (passivos) 2012	Ativos (passivos) 2011	Receitas (despesas) 2012	Receitas (despesas) 2011
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	27.169.288	27.554.148	2.112.850	3.011.421
Captações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	(39.229.256)	(37.132.110)	(4.271.410)	(4.166.428)
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.	177.717	125.597	15.705	19.639
Dividendos e juros sobre o capital próprio:				
Banco Bradesco S.A.	(10.437)	-	-	-
Tibre DTVM Ltda.	18	78	-	-
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ..				

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	Exercícios findos em	
	2012	2011
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas.....	(6.762)	(1.338)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(53.732)	(42.075)
Efeito do diferencial da alíquota da contribuição social (1).....	-	16.439
Juros sobre o capital próprio pagos.....	-	424.000
Outros valores.....	31.480	14.580
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(780.780)	(842.464)

(1) Refere-se à equalização da alíquota efetiva da Contribuição Social em relação à alíquota (40%) demonstrada.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	2012	2011
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(1.362.261)	(1.068.151)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	581.481	225.687
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(780.780)	(842.464)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em		Realização		Saldo em	
	31.12.2011	Constituição	Realização	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	1.639.237	1.054.985	658.186	2.036.036	-	-
Provisões civis.....	38.988	39.834	38.988	39.834	-	-
Provisões para riscos fiscais.....	585.022	168.471	13	753.480	-	-
Provisões trabalhistas.....	11.391	2.038	2.340	11.089	-	-
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	29.179	48.604	29.179	48.604	-	-
Provisão para perda de títulos e investimento.....	1.667	-	-	1.667	-	-
Ágio amortizado.....	68.435	-	50.502	17.933	-	-
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação.....	549	171	174	546	-	-
Ajuste da Lei nº 11.638 de 28/12/2007.....	17	-	17	-	-	-
Outros.....	60.954	107.731	60.954	107.731	-	-
Total dos créditos tributários (Nota 9b).....	2.435.439	1.421.834	840.353	3.016.920		
Obrigações fiscais diferidas (Nota 16a).....	1.348.669	35.716	421.598	962.787		
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas.....	1.086.770	1.386.118	418.755	2.054.133		

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2012 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2013.....	576.518	345.841	922.359
2014.....	565.997	339.528	905.525
2015.....	550.945	330.497	881.442
2016.....	95.812	57.435	153.247
2017.....	96.499	57.848	154.347
Total.....	1.885.771	1.131.149	3.016.920

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 2.869.287 mil (2011 - R\$ 2.294.249 mil) de diferenças temporárias.

e) Obrigações fiscais diferidas
A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 962.787 mil (2011 - R\$ 1.348.669 mil) relativas a: Superficiência de depreciação R\$ 863.857 mil (2011 - R\$ 1.285.454 mil), ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos R\$ 313 mil (2011 - R\$ 1 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 98.617 mil (2011 - R\$ 63.214 mil).

27) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) Avalis e Fianças prestados a clientes totalizam R\$ 2.255 mil (2011 - R\$ 3.793 mil), os quais estão sujeitos a encargos financeiros e a prestação de contra garantias pelos beneficiários.

b) O Banco Bradesco Financiamentos S.A. utiliza a infraestrutura operacional e administrativa da controlada BF Promotora de Vendas Ltda., que mantém planos de previdência complementar para seus empregados e dirigentes, na modalidade de contribuição definida, administrados pela Bradesco Vida e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2012, esses planos encontram-se integralmente cobertos pelo patrimônio do FIFE - Fundo de Investimento Financeiro Exclusivo, onde estão aplicadas as provisões técnicas.

c) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil.

d) Gerenciamento de riscos
A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco. O Bradesco Financiamentos como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

e) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:
• Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
• Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
• Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
• Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
• Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
• Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10);
• Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
• Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A DIRETORIA
Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do **Banco Bradesco Financiamentos S.A.**, Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Financiamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para conclusão com ressalva
A Instituição registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o registro do ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superficiência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas Notas Explicativas às Informações Financeiras Trimestrais nº 3 v e 8h. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva
Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado
Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Osasco, 26 de fevereiro de 2013
Cláudio Rogério Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

ACE RESSEGURADORA S.A.....	33
ACE SEGURADORA S.A.....	73
AIG SEGUROS BRASIL S.A.....	62
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.....	50
CIA ITAU DE CAPITALIZAÇÃO.....	2
COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS RUBI.....	71
GRALHA AZUL PARTICIPAÇÕES LTDA.....	15
IOCHPE MAXION SA.....	37
ITAU SEGUROS SA.....	55
ITAU VIDA E PREVIDENCIA S.A.....	5
PARANA CIA DE SEGUROS.....	11
TOKIO MARINE SEGURADORA S/A.....	80
TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A.....	19
WHIRLPOOL S.A.....	27



Certificação Digital. Segura, ágil e 100% confiável.

Imprensa Oficial, a Autoridade Certificadora Oficial do Governo do Estado de São Paulo.

- Modernidade: empresa pioneira no uso da Tecnologia de Certificação Digital na administração pública.
- Solidez e credibilidade: mais de 100 anos atuando com empreendedorismo, transparência e compromisso social.
- Excelência em qualidade: Autoridade Certificadora com ISO 9001:2008 em Certificação Digital.
- Garantia: alto nível em Segurança da Informação.

Conheça tudo o que a Certificação Digital da Imprensa Oficial pode oferecer para você.
www.imprensaoficial.com.br

Bradesco Financiamentos

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa de Organização Bradesco
CNPJ 07.207.996/001-50
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de leasing e de empréstimos consignados, atuando como financeira do Bradesco.

No segmento veículos, os serviços são oferecidos por uma rede consorciada, com mais de 17 mil parceiros em todo o País, formada por Revendas e Concessionárias de diversos níveis de motos e de veículos de transporte. Para atendimento no segmento de empréstimos consignados, atua em todos os Estados brasileiros na captação de clientes, por meio de 1.301 Correspondentes, tanto no mercado quanto em Agências do Banco Bradesco, e em filiais de pagamento de empréstimo do Setor Privado, destacando-se a parceria com os segmentos Bradesco Empresa e Corporate.

No segmento de empréstimos consignados, a produção de novos negócios apresentou crescimento de 41,4% no 4º trimestre de 2012, em comparação ao mesmo período de 2011, proporcionando crescimento de 50,0% na carteira de crédito consignado. Esse é o resultado da estratégia e da estruturação de uma equipe dedicada ao atendimento de convênios junto ao INSS, órgãos públicos e empresas privadas, aumentando a concessão de recursos nessa modalidade.

O Lucro Líquido do Exercício de 2012 foi de R\$ 1.099 bilhões e o Patrimônio Líquido de R\$ 26,760 bilhões.

Agredecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 25 de janeiro de 2013.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		PASSIVO	
2012	2011	2012	2011
ATIVO		CIRCULANTE	
CIRCULANTE	45.140.692	42.374.388	20.951.434
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	172	164	16.438.279
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	27.218.952	127.597	16.438.279
Aplicações no Mercado Aberto	177.717	20.587	3.615.155
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	27.040.365	28.800.365	7.249
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	223.704	190.364	1.310.109
Carteira Própria	80.659	74.812	2.287.360
Vinculados à Prestação de Garantias	36.973	-	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	-	-	-
Créditos Vinculados (Nota 7)	-	-	-
Correspondentes	30.973	21.352	26.921.190
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	15.763.222	13.735.207	22.792.877
Operações de Crédito - Setor Privado	16.728.180	14.412.804	20.942.360
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(864.958)	(677.507)	22.792.877
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(42.351)	(86.498)	4.128.213
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	280.491	540.800	2.802.978
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(262.836)	(512.119)	-
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(115.257)	(115.257)	-
OUTROS CRÉDITOS	1.104.015	1.113.331	132.230
Ativos e Passivos Honorários	3.781	3.781	212.642
Rendas a Receber (Nota 9a)	169	323	132.230
Negociação e Intermediação de Valores	1.103.849	1.118.629	26.760.296
Diversos (Nota 8b)	-	-	25.671.632
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(3)	(7.482)	-
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	762.216	514.188	22.010.000
Outros Valores e Bens	165.139	154.039	4.750.055
Provisão para Desvalorizações	(121.509)	(72.949)	241
Despesas Antecipadas	669.695	421.993	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	24.123.376	29.833.959	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	129.374	674.585	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	129.374	674.585	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	218	-	-
Carteira Própria	19.334.534	17.884.719	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	20.396.191	18.271.723	-
Operações de Crédito - Setor Privado	(1.061.557)	(837.004)	-
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(185.817)	(185.817)	-
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	138.821	454.842	-
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	(137.123)	(449.745)	-
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(120.564)	(265.654)	-
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	3.850.492	2.828.814	-
OUTROS CRÉDITOS	3.850.492	2.828.814	-
Diversos (Nota 8b)	-	-	-
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	890.549	721.058	-
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	890.549	721.058	-
Despesas Antecipadas	4.691.035	7.234.620	-
PERMANENTE	459.372	476.297	-
INVESTIMENTOS (Nota 11)	-	-	-
Participações em Coligadas e Controladas:	-	-	-
- No País	455.967	472.926	-
- No Exterior	209	175	-
Outros Investimentos	1.202.261	1.202.261	-
Provisões para Perdas	(9.612)	(9.612)	-
MOBILIZADO DE USO (Nota 12)	6.305	7.538	-
Outros Imobilizações de Uso	194.259	194.259	-
Depreciações Acumuladas	(12.950)	(17.094)	-
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 8)	4.098.557	6.719.894	-
Bens Arrendados	4.098.557	6.719.894	-
Depreciações Acumuladas/Superveniência de Depreciação	(808.165)	(667.630)	-
DIFERIDO (Nota 13)	229	933	-
Gastos de Organização e Expansão	789	730	-
Amortização Acumulada	(7.452)	(6.797)	-
INTANGÍVEL (Nota 13)	36.819	29.888	-
Ativos Intangíveis	36.819	29.888	-
Amortização Acumulada	(20.987)	(11.350)	-
TOTAL	73.865.150	71.762.367	73.865.150

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2º Semestre 2012	2011
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.600.198	13.396.924
Operações de Crédito	8.251.273	8.587.796
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8a)	1.337.932	2.178.289
Resultado das Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6e)	977.215	2.167.281
Resultado das Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	61	61
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.299.267	8.554.512
Operações de Captações no Mercado (Nota 14b)	2.131.612	4.271.410
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8a)	1.202.261	2.480.125
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 8a e f)	941.394	1.802.977
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.360.931	4.892.412
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(1.461.006)	(1.403.738)
Recargas de Prestação de Serviços (Nota 18)	24.509	55.722
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 18)	133.162	133.428
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(26.289)	(53.232)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(434.518)	(851.484)
Despesas Tributárias (Nota 23)	(111.023)	(205.234)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a)	(8.649)	(16.905)
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	97.839	197.414
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(1.078.626)	(1.858.408)
RESULTADO OPERACIONAL	839.925	2.061.631
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)	(93.386)	(182.216)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO SOBRE O LUCRO	746.539	1.879.415
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 26)	(309.481)	(780.788)
LURO LÍQUIDO	437.058	1.098.627
Número de ações (Nota 17a)	24.730.826	24.730.826
Lucro por lote de mil ações em R\$	17,87	92,42

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2º Semestre 2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	746.539	1.879.415
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	941.394	1.802.977
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	1.337.932	2.178.289
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	321.323	1.568.080
Depreciações e Amortizações	305.886	539.533
Constribuições/Reversões de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	163.652	48.561
Constribuições/Reversões de Provisões para Desvalorização de Bens não de Uso Próprio	8.649	16.905
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	889.567	1.667.300
Insuficiência/Superveniência de Depreciação	(2.827)	(32.671)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilização de Uso	29	256
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	80.092	136.226
Outros	198.988	153.442
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	4.336.948	7.077.447
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.019.762)	386.212
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	(18.616)	(38.620)
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(7.407)	(9.622)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	(15.819.814)	(5.391.954)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(191.850)	(1.132.851)
(Aumento)/Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	1.477	3.494
(Aumento)/Redução em Depósitos	2.997.145	3.803.314
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações	(923.267)	(1.332.001)
(Aumento)/Redução em Resultados de Exercícios Futuros	(27.629)	(80.412)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(295.131)	(728.000)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	185.992	52.005
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(328)	(312)
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	-	4.233
Alienação de Bens não de Uso Próprio	109.847	193.141
Alienação de Investimentos	2.627	24.614
Alienação de Imobilização de Uso e Arrendamento	159.181	643.349
Aquisição de Bens não de Uso Próprio	(226.440)	(378.253)
Aquisição de Investimentos	(2)	(156)
Aquisição de Imobilização de Uso e Arrendamento	(70.602)	(163.477)
Aplicações no Diferido/Intangível	(10.652)	(16.253)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	319	(7.766)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	(35.878)	123
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	(1.071.472)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	150.114	52.128
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	27.775	126.693
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	177.889	125.761
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	150.114	52.128

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital		Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Total
	Legal	Estutórias	Provisões	Acumulados	Provisões	Acumulados		
Saldos em 30.6.2012	22.010.000	282.811	4.034.338	493	2011	-	26.296.879	493
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	493	-	-	493
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	437.058	437.058
Destinações - Reservas:	-	-	21.853	411.053	-	-	(432.906)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(4.152)	(4.152)
Saldos em 31.12.2012	22.010.000	304.664	4.445.391	241	-	-	26.760.296	241
Saldos em 31.12.2011	22.010.000	135.097	2.294.049	(241)	-	-	24.438.959	14
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	14	-	-	14
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	2.292.711	2.292.711
Destinações - Reservas:	-	-	114.635	1.118.076	-	-	(1.232.711)	-
- Juros Sobre o Capital Próprio - Pagos	-	-	-	-	-	-	(1.060.000)	(1.060.000)
Saldos em 31.12.2011	22.010.000	249.732	3.412.125	(227)	-	-	25.671.632	227
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	468	-	-	468
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	1.098.635	1.098.635
Destinações - Reservas:	-	-	54.932	1.033.266	-	-	(1.088.198)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(10.437)	(10.437)
Saldos em 31.12.2012	22.010.000	304.664	4.445.391	241	-	-	26.760.296	241

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	2º Semestre 2012		Exercícios findos em 31 de dezembro 2012	
	Valor	%	Valor	%
1 - RECEITAS	4.744.891	501,2	9.878.805	436,4
1.1) Intermediação Financeira	6.600.198	697,1	13.396.924	580,4
1.2) Prestação de Serviços	157.671	16,7	389.150	17,2
1.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(441.394)	(9,4)	(1.802.977)	(79,7)
1.4) Outros Efeitos	(1.971.894)	(20,8)	(1.844.229)	(81,5)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.357.873)	(354,7)	(6.751.535)	(298,3)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(424.712)	(44,9)	(834.353)	(36,7)
Serviços de Terceiros	(316.849)	(33,5)	(627.234)	(27,7)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(7.691)	(0,8)	(13.639)	(0,6)
Processamento de Dados	(29.198)	(3,1)	(50.529)	(2,2)
Comunicações	(16.122)	(1,7)	(33.413)	(1,5)
Serviços de Sistema Financeiro	(6.738)	(0,6)	(10.391)	(0,4)
Viagens	(4.681)	(0,5)	(8.430)	(0,3)
Transporte	(2.747)	(0,3)	(4.700)	(0,2)
Transp. Energia e Outros	(1.101)	(0,1)	(1.841)	(0,08)
Arrendamento de Bens	-	-	(246)	-
Manutenção e Conservação de Bens	(521)	-	(1.026)	(0,04)
Outros	(40.064)	(4,3)	(64.621)	(3,7)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	962.306	10,6	2.292.917	10,4
5 - DEPRECAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(6.8			

Bradesco Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa de Organização Bradesco
 CNPJ 07.207.980/0001-50
 Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Período de atraso (1)

- de 15 a 30 dias
- de 31 a 60 dias
- de 61 a 90 dias
- de 91 a 120 dias
- de 121 a 150 dias
- de 151 a 180 dias
- superior a 180 dias

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.882/09 do CMN.

A atualização (recursos e créditos) vencidos até o 5º dia é contabilizada em aberto, e a partir do 6º dia, em rendas a prazo, sendo que o reconhecimento em rendas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociadas que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em conta de compensação são movidas para o nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a realocação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou pré-fixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Reflexo o saldo das contraprestações a receber, atualizados de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual garantido (VRG)

Registrados pelo valor contábil das operações de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superávit/injúria de depreciação no mobilizado de arrendamento mercantil, objetivando contabilizar as práticas contábeis contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.882/09 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento mercantil

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% ao ano na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20% ao ano; móveis e utensílios, 10% ao ano; máquinas e equipamentos, 10% ao ano; outros bens, 10% ao ano ou 20% ao ano.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento (Nota 9).

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e os parâmetros nos itens II a IV acima diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.428/09, foi calculado o valor presente das obrigações contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre as adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos" e a provisão para as obrigações fiscais de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, sobre os lucros tributáveis e valores mobiliários, são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15%, para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para as adições temporárias e contribuições sociais de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas contábeis na apuração do lucro líquido, introduzidas pela Lei nº 11.538/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeito para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

i) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujo direito de benefícios ou prestação de serviços ocorrerá em períodos futuros, sendo registrados no resultado de acordo com o princípio da competência. Inclui seguro prestamista e comissões pagas, principalmente a revendedores e concessionários de veículos e promotores de vendas terceirizadas, para colação de operações de crédito.

Os custos incorridos que não foram recuperados em períodos subsequentes são registrados em despesas em períodos subsequentes, os quais são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fazem parte dos ativos do Banco ou se os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados.

j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais com capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perda/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

a) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decréditos de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano; e sistemas de transportes e processamento de dados - 20% a 50% ao ano, e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

b) Diferido e Intangível

Ativo Diferido - está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas de 20% ao ano, calculadas pelo método linear. A partir de 8 de dezembro de 2008 as novas aquisições passaram a ser registradas no ativo intangível de acordo com a Carta Circular nº 3.357/08 do BACEN.

Ativo Intangível - correspondem aos direitos patrimoniais que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercícios com essa finalidade.

Compostos por softwares, que estão registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de softwares são reconhecidos como ativo quando há possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir o desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretos atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

m) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (impairment), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil exceder o seu valor recuperável apurado pelo (i) potencial de perda, o valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois a maior. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substanciais independentes de outros ativos e grupos.

n) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balance, reconhecidos em base pro rata dia.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como reduções do passivo correspondente.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.820/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle ou a situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de extinção é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 15a).
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estão sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 15b e c).

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Curso normal		Acima de 360 dias		2012 (A)		2011 (B)		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	%	%	%	%	
Empréstimos e títulos descontados	100.917	1.024.624	1.202.931	1.141.296	12.027.219	79,2	12.514.231	32,8	9.102.006
Financiamentos	1.037.308	969.322	893.330	2.545.908	20.693.195	35,0	21.329.576	65,6	25,6
Subtotal	1.438.225	1.392.946	1.275.640	3.687.174	48.484.618	32,7	32.720.414	97,7	29.381.584
Operações de arrendamento mercantil	47.519	44.500	115.892	115.892	1.192.531	100,0	1.192.531	100,0	69,6
Subtotal	1.497.254	1.440.765	1.320.140	3.807.056	6.634.342	100,0	31.093.987	100,0	100,0
Outros créditos (1)	24	24	24	24	24	100,0	24	100,0	100,0
Outros créditos (1)	1.497.258	1.440.789	1.320.164	3.807.082	6.634.346	100,0	31.094.653	100,0	100,0
Ativos e Fianças (2)	1.497.358	1.440.789	1.320.164	3.807.082	6.634.346	100,0	31.094.653	100,0	100,0
Total em 2012	1.497.358	1.440.789	1.320.164	3.807.082	6.634.346	100,0	31.094.653	100,0	100,0
Total em 2011	1.361.918	1.263.768	1.234.595	3.408.655	5.991.425	100,0	31.098.446	100,0	100,0

b) Parcelas vencidas

Operações de crédito	Curso normal		Acima de 360 dias		2012 (B)		2011 (B)	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	%	%	%	%
Empréstimos e títulos descontados	16.255	13.619	8.930	16.861	11.415	67,080	12.375	46,243
Financiamentos	154.945	1.073.241	809.135	160.740	191.392	222,076	24.610.140	64,5
Subtotal	171.200	1.042.962	898.065	177.610	202.807	73,644	24.732.516	61,5
Operações de arrendamento mercantil	17.703	13.146	7.837	14.635	16.050	69,371	110.179	83,6
Subtotal	188.903	134.026	905.902	192.245	208.857	243,202	38.153.683	100,0
Outros créditos (1)	24	24	24	24	24	100,0	24	100,0
Outros créditos (1)	188.903	134.026	905.902	192.245	208.857	843,015	38.153.683	100,0
Total em 2012	178.567	143.930	79.836	158.086	151.092	711,512	71,512	0,9

c) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Operações de crédito	Curso normal		Acima de 360 dias		2012 (A)		2011 (B)	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	%	%	%	%
Empréstimos e títulos descontados	15.998	16.800	13.940	42.854	191.932	10,9	271.146	7,5
Financiamentos	154.937	1.073.241	809.135	2.545.908	20.693.195	35,0	21.329.576	65,6
Subtotal	170.865	1.114.041	923.075	2.559.762	20.885.127	35,9	21.641.122	67,1
Operações de arrendamento mercantil	15.801	14.374	13.333	35.596	56.158	5,4	494.830	13,3
Subtotal	186.446	185.781	166.635	481.380	831.718	100,0	3.643.957	100,0
Outros créditos (1)	24	24	24	24	24	100,0	24	100,0
Outros créditos (1)	186.466	185.781	166.635	481.380	831.718	100,0	3.643.957	100,0
Ativos e Fianças (2)	186.466	185.781	166.635	481.380	831.718	100,0	3.643.957	100,0
Total em 2012	186.466	185.781	166.635	481.380	831.718	100,0	3.643.957	100,0
Total em 2011	172.138	163.933	158.612	432.602	751.658	100,0	3.643.905	100,0

d) Parcelas vencidas

Operações de crédito	Curso normal		Acima de 360 dias		2012 (B)		2011 (B)	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	%	%	%	%
Empréstimos e títulos descontados	16.255	13.619	8.930	16.861	11.415	67,080	12.375	46,243
Financiamentos	154.945	1.073.241	809.135	160.740	191.392	222,076	24.610.140	64,5
Subtotal	171.200	1.042.962	898.065	177.610	202.807	73,644	24.732.516	61,5
Operações de arrendamento mercantil	17.703	13.146	7.837	14.635	16.050	69,371	110.179	83,6
Subtotal	188.903	134.026	905.902	192.245	208.857	243,202	38.153.683	100,0
Outros créditos (1)	24	24	24	24	24	100,0	24	100,0
Outros créditos (1)	188.903	134.026	905.902	192.245	208.857	843,015	38.153.683	100,0
Total em 2012	178.567	143.930	79.836	158.086	151.092	711,512	71,512	0,9

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Operações de crédito	Curso normal		Acima de 360 dias		2012 (A)		2011 (B)	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	%	%	%	%
Empréstimos e títulos descontados	15.998	16.800	13.940	42.854	191.932	10,9	271.146	7,5
Financiamentos	154.937	1.073.241	809.135	2.545.908	20.693.195	35,0	21.329.576	65,6
Subtotal	170.865	1.114.041	923.075	2.559.762	20.885.127	35,9	21.641.122	67,1
Operações de arrendamento mercantil	15.801	14.374	13.333	35.596	56.158	5,4	494.830	13,3
Subtotal	186.446	185.781	166.635	481.380	831.718	100,0	3.643.957	100,0
Outros créditos (1)	24	24	24	24	24	100,0	24	100,0
Outros créditos (1)	186.466	185.781	166.635	481.380	831.718	100,0	3.643.957	100,0
Ativos e Fianças (2)	186.466	185.781	166.635	481.380	831.718	100,0	3.643.957	100,0
Total em 2012	186.466	185.781	166.635	481.380	831.718	100,0	3.643.957	100,0
Total em 2011	172.138	163.933	158.612	432.602	751.658	100,0	3.643.905	100,0

f) Parcelas vencidas

Operações de crédito	Curso normal		Acima de 360 dias		2012 (B)		2011 (B)	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	%	%	%	%
Empréstimos e títulos descontados	16.255	13.619	8.930	16.861	11.415	67,080	12.375	46,243
Financiamentos	154.945	1.073.241	809.135	160.740	191.392	222,076	24.610.140	64,5
Subtotal	171.200	1.042.962	898.065	177.610	202.807	73,644	24.732.516	61,5
Operações de arrendamento mercantil	17.703	13.146	7.837	14.635	16.050	69,371	110.179	83,6
Subtotal	188.903	134.026	905.902	192.245	208.857	243,202	38.153.683	100,0
Outros créditos (1)	24	24	24	24	24	100,0	24	100,0
Outros créditos (1)	188.903	134.026	905.902	192.245	208.857	843,015	38.153.683	100,0
Total em 2012	178.567	143.930	79.836	158.086	151.092	711,512	71,512	0,9

g) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Operações de crédito	Curso normal		Acima de 360 dias		2012 (A)		2011 (B)	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	%	%	%	%
Empréstimos e títulos descontados	15.998	16.800	13.940	42.854	191.932	10,9	271.146	7,5
Financiamentos	154.937	1.073.241	809.135	2.545.908	20.693.195	35,0	21.329.576	65,6
Subtotal	170.865	1.114.041	923.075	2.559.762	20.885.127	35,9	21.641.122	67,1
Operações de arrendamento mercantil	15.801	14.374	13.333	35.596	56.158	5,4	494.830	13,3
Subtotal	186.446							

continuação

Bradesco

Financiamentos

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Frata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



d) Concentração das operações de crédito

2012	%	2011	%
Maior devedor	4,006	16,865	0,1
Dez maiores devedores	30,333	34,182	0,1
Vinte maiores devedores	51,538	58,856	0,2
Cinquenta maiores devedores	97,187	110,273	0,3
Com maiores devedores	160,724	167,136	0,5

e) Setor de atividade econômica

2012	%	2011	%
Setor Privado	38.153.785	35.450.070	100,0
Indústria	293.225	352.550	10,0
Alimentícia e bebidas	51.758	60.477	0,2
Móveis e produtos de madeira	35.630	44.423	0,1
Siderurgia, metalurgia e mecânica	55.395	62.709	0,2
Extração de minerais metálicos e não metálicos	17.349	24.307	0,1
Materiais não metálicos	34.233	45.330	0,1
Têxtil e confecções	32.535	37.855	0,1
Química	13.700	15.308	0,1
Eletrônica	6.894	7.701	0,1
Artigos de borracha e plástico	12.912	16.355	0,1
Educação, impressão e reprodução	10.355	11.621	0,1
Refino de petróleo e produção de álcool	458	598	-
Artigos de couro	6.325	7.984	0,1
Papel e celulose	4.119	4.503	-
Veículos leves e pesados	3.164	3.236	-
Autopartes e acessórios	3.777	4.369	-
Demais indústrias	4.203	5.779	-
Comércio	1.014.482	1.175.381	3,3
Produtos em lojas especializadas	354.369	413.130	1,2
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	119.641	145.925	0,4
Reparação, peças e acessórios para veículos automotores	119.525	133.855	0,4
Vestuário e calçados	65.106	72.099	0,2
Resíduos de sucatas	37.084	45.829	0,1
Combustíveis	28.229	32.384	0,1
Varejista não especializado	78.764	92.816	0,3
Artigos de uso pessoal e domésticos	39.905	51.570	0,1
Veículos automotores	75.541	79.799	0,2
Intermediário de comércio	37.340	38.801	0,1
Atacado de mercadorias em geral	14.633	17.555	0,1
Produtos agropecuários	7.799	9.925	0,1
Demais comércios	38.546	41.904	0,1
Intermediário financeiro	1.800	1.982	0,1
Serviços	1.176.944	1.188.884	3,1
Transporte e armazenagem	315.924	402.011	1,1
Construção civil	184.243	212.914	0,6
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	364.976	394.674	1,1
Serviços sociais, educação, saúde, defesa e seguridade social	74.882	81.915	0,2
Alojamento e alimentação	74.192	79.940	0,2
Hospitais, atividades jurídicas, contábeis e assessoria empresarial	41.942	43.712	0,1
Atividades associativas, recreativas, culturais e desportivas	37.366	41.971	0,1
Telecomunicações	12.612	13.339	0,1
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	635	947	0,0
Demais serviços	71.072	80.461	0,2
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	37.325	42.222	0,1
Pessoas físicas	35.630.781	32.526.051	91,9
Total	38.153.785	35.450.070	100,0

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

2012	2011	
Saldo inicial	1.797.807	1.609.689
Constituição líquida de reversão	1.829.217	1.829.217
Baixas por prejuízo	(1.430.671)	(942.583)
Saldo final	2.196.353	1.797.807
- Provisão específica (1)	1.688.019	1.335.529
- Provisão genérica (2)	198.530	206.583
- Provisão excidente (3)	285.364	255.474
- Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4)	310.073	348.258

- Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
- Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior;
- A provisão excidente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associados à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMNC. A provisão excidente por cliente foi classificada nos níveis de risco correspondentes (Nota 3c);
- Recalculadas em receitas de operações de crédito.

g) Receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	2012	2011
Empréstimos e títulos descontados	2.741.671	1.807.585
Financiamentos	4.193.529	4.453.847
Subtotal	7.943.200	6.261.432
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	310.073	348.258
Subtotal	8.253.273	6.609.690
Arrendamento mercantil, líquido de despesas	238.164	282.309
Total	8.491.437	6.892.010

h) Demonstrativo da composição da carteira de arrendamento, a valor presente, com os saldos contábeis

2012	2011	
Arrendamentos financeiros a receber	419.312	995.282
- Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(393.859)	(861.849)
Bens arrendados financeiros + perdas em arrendamentos (líquido)	4.904.722	7.387.494
- Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros, líquida de superveniência de depreciação	(806.165)	(667.630)
(c) Depreciação acumulada	(2.609.593)	(5.809.444)
Superveniência de depreciação	3.455.428	5.141.814
(1) Valor residual garantido antecipado (Nota 18b)	(3.088.538)	(4.445.370)
Total do valor presente	1.029.312	2.307.412

i) Imobilizado de arrendamento

2012	2011	
Veículos e afins	4.904.324	7.387.118
Máquinas e equipamentos	34	34
Perdas em arrendamentos	364	364
Total de bens arrendados	4.904.722	7.387.494
Depreciação acumulada de bens arrendados	(4.261.593)	(5.809.444)
Superveniência de depreciação	5.141.814	5.141.814
Total da depreciação acumulada	(806.165)	(667.630)
Imobilizado de arrendamento	4.098.557	6.719.864

O Bradesco Financiamentos tem a intenção de manter o regime de competência, revertendo no exercício, provisão para superveniência de depreciação no montante de R\$ 1.686.386 mil (2011 - R\$ 805.909 mil), registrada em imobilizado de arrendamento, e efetua a realização de superveniência de R\$ 19.088 mil (2011 - R\$ 42.405 mil), classificada em bens não de uso próprio em decorrência da reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 1.667.300 mil (2011 - R\$ 783.503 mil) em resultado.

9) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

a) Rendas a receber

2012	2011	
Dividendos	169	322
Comissões	1	1
Total	170	323

b) Diversos

2012	2011	
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 26c)	3.016.920	2.435.439
Devedores por depósitos em garantia	1.614.063	1.234.596
Devedores diversos	141.661	138.664
Impostos e contribuições a compensar	126.707	85.805
Títulos e créditos a receber	43.459	34.807
Adiantamentos para pagamentos	40	13
Oppões por incentivos fiscais	3.922	3.922
Outros	198	722
Total	4.954.341	3.947.448

10) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio

Custo	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Imóveis	1.339	(454)
Bens em regime especial	810	(910)
Veículos e afins	211.130	(115.521)
Máquinas e equipamentos	711	(711)
Outros	40	13
Total em 2012	214.930	(92.521)
Total em 2011	165.144	(72.949)

b) Despesas antecipadas

2012	2011	
Comissões sobre empréstimos - Consignados	935.365	556.972
Comissões sobre financiamento - Veículos	546.112	547.081
Prêmios de seguro sobre créditos concedidos	453	2.864
Outros	76.314	36.194
Total	1.560.244	1.143.051

11) INVESTIMENTOS

Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Capital social		Participação		Lucro líquido		Ajuste decorrente		
	ajustado	avaliado	(%)	ajustado	2012	2011	2012	2011	
Ramo Financeiro									
Tirol Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	22.300	43.102	18,000	99,999	1,924	43,102	41,197	1,924	
EMC Asset Management DTVM Ltda.	5.020	9.698	1,860	99,999	386	9,698	9,315	386	
Everest Leasing S.A. Arrendamento									
Mercantil	172.000	330.205	127,700	100,000	15,524	330,205	314,829	15,524	
Outras atividades									
BF Promotora de Varejo Ltda.	111.220	71.392	111,220	99,999	(34,684)	71,392	106,076	(34,684)	
Banco Bradesco									
Europa S.A.	548.373	769.235	1,000	100,000	66,513	209,175	18	12	
Promocoe Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	3.150	1.171	6	100,000	(88)	1,171	1,109	(88)	
Outras Participações									
Gainho/perda cambial de investimento no exterior									
Total de Investimentos						456.176	473.101	(16.905)	(3.345)

(1) Ajusto decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas Companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultados, quando aplicáveis.

12) Outros investimentos

Empresas	Capital social		Participação		Lucro líquido		Ajuste decorrente	
	ajustado	avaliado	(%)	ajustado	2012	2011	2012	2011
Investimentos por incentivos fiscais								
Títulos patrimoniais								
Outros investimentos								
Subtotal								
Provisão para perdas								
Total								

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida econômica dos bens.

Taxa anual	Custo	Depreciação	
		2012	2011
10%	7.052	(3.106)	3.946
10%	1.144	(834)	310
20%	11.059	(9.010)	2.949
	19.255	(12.950)	6.305
	24.632	(17.094)	7.258

13) DEFERIDO E INTANGÍVEL

Valor diferido e demonstrado ao custo de aquisição, amortizado pelo método linear à taxa anual de 20%. O valor do custo líquido de amortização em 31 de dezembro de 2012 correspondia a R\$ 229 mil (2011 - R\$ 933 mil). Amortizações acumuladas correspondem a R\$ 7.452 mil (2011 - R\$ 6.797 mil). Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por softwares e respectivos gastos com desenvolvimento. Em 31 de dezembro de 2012 apresentava o valor líquido do líquido de amortização de R\$ 36.619 mil (2011 - R\$ 29.968 mil). Amortizações acumuladas correspondem a R\$ 20.967 mil (2011 - R\$ 11.350 mil).

14) DEPÓSITOS

1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
				2012	2011
1.497.806	7.519.836	7.418.637	22.792.977	39.229.256	37.132.110
Total em 2012	1.497.806	7.519.836	7.418.637	22.792.977	39.229.256
Total em 2011	1.578.856	7.301.481	7.309.383	20.942.390	37.132.110

b) Despesas de captação

Em 31 de dezembro - R\$ mil		
2012	2011	
Depósitos interfinanceiros	4.271.410	4.169.428
Total	4.271.410	4.169.428

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A empresa é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

A provisão relacionada à obrigação legal em discussão judicial e mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

1 - Processos trabalhistas

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando o opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

24) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Prejuízo na alienação de valores e bens.....	(136.226)	(153.442)
Lucro na alienação de investimentos.....	2.827	32.671
Prejuízo na alienação de imobilizado de uso.....	(256)	(6)
Constituição/Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens.....	(48.561)	20.773
Total.....	(182.116)	(100.004)

25) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador, empresas coligadas e controladas estão assim representadas:

	Ativos (passivos)		Receitas (despesas)	
	2012	2011	2012	2011
	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.....	27.169.288	27.554.148	2.112.850	3.011.421
Captações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.....	(39.229.256)	(37.132.110)	(4.271.410)	(4.166.428)
Aplicações em mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.....	177.717	125.597	15.705	19.639
Dividendos e juros sobre o capital próprio:				
Banco Bradesco S.A.....	(10.437)	-	-	-
Tiber DTVM Ltda.....	16	78	-	-
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.....	147	182	-	-
BMC Asset Management DTVM Ltda.....	4	59	-	-
Serviços terceiros:				
BF Promotora de Vendas Ltda.....	-	-	(384.262)	(391.656)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social;
- a verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição;
- A Instituição é parte integrante da organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia;
- A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento em Ações, aprovada pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração;
- Para 2012, foi determinado o valor máximo de R\$ 1.200 mil (2011 - R\$ 1.000 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 1.200 mil (2011 - R\$ 1.000 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de Curto Prazo a Administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Proventos.....	1.174	877
Contribuição ao INSS.....	264	268
Total.....	1.438	1.075

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	1.189	1.036
Total.....	1.189	1.036

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

- Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:
 - a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
 - c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

26) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.679.415	3.135.175
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (751.766)	(751.766)	(1.254.070)
Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	2012	2011
Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	(6.762)	(1.338)
Despesas indedutíveis liquadas de receitas não tributáveis.....	(53.732)	(42.075)
Efeito do diferencial de alíquota da contribuição social (1).....	-	16.439
Juros sobre o capital próprio pagos.....	-	424.000
Outros valores.....	31.480	14.580
Imposto de renda e contribuição social de exercício	(780.780)	(842.484)

(1) Refere-se à equalização da alíquota efetiva da Contribuição Social em relação à alíquota (40%) demonstrada.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Impostos correntes:	(1.362.261)	(1.068.151)
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	-	-
Impostos diferidos:	581.481	225.687
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	-	-
Imposto de renda e contribuição social de exercício.....	(780.780)	(842.464)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2011		Saldo em 31.12.2012	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	1.639.237	1.054.985	658.126	2.036.036
Provisões diretas.....	33.888	33.888	38.588	39.534
Provisão para riscos fiscais.....	585.022	168.471	13	753.480
Provisões trabalhistas.....	11.391	2.038	2.340	11.089
Provisão para deteriorização de bens não de uso.....	29.179	46.604	29.179	46.504
Provisão para perda de títulos e investimento.....	1.667	-	-	1.667
Agio amortizado.....	68.435	-	50.502	17.933
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação.....	549	174	-	545
Ajuste da Lei nº 11.638 de 28/12/2007.....	17	-	17	-
Outros.....	60.954	107.731	60.954	107.731
Total dos créditos tributários (Nota 9b)	1.421.834	840.353	840.353	3.016.920
Obrigações fiscais diferidas (Nota 16a).....	1.348.669	35.716	421.588	962.737
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	1.068.770	1.386.118	418.755	2.054.133

d) Provisão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2013.....	576.518	345.841	922.359
2014.....	565.997	339.529	905.526
2015.....	550.945	339.497	890.442
2016.....	95.812	57.435	153.247
2017.....	96.459	57.848	154.307
Total	1.883.721	1.131.149	3.016.870

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, montou R\$ 2.869.267 mil (2011 - R\$ 2.294.249 mil) de diferenças temporárias.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 962.777 mil (2011 - R\$ 1.348.669 mil) relativas a Superavaliação de depreciação R\$ 863.807 mil (2011 - R\$ 1.285.454 mil), ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos R\$ 313 mil (2011 - R\$ 1 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 98.617 mil (2011 - R\$ 53.214 mil).

27) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Avals e Fianças prestados a clientes totalizam R\$ 2.255 mil (2011 - R\$ 3.793 mil), os quais estão sujeitos a encargos financeiros e a prestação de contra garantias pelos beneficiários.
- b) O Banco Bradesco Financiamentos S.A. utiliza a infraestrutura operacional e administrativa da controlada BF Promotora de Vendas Ltda., que mantém planos de previdência complementar para seus empregados e dirigentes, na modalidade de contribuição definida, administrados pela Bradesco Vida e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2012, esses planos encontravam-se integralmente cobertos pelo patrimônio do FIFE - Fundo de Investimento Financeiro Exclusivo, onde estão aplicadas as provisões técnicas.
- c) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil.

d) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões coletivas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco. O Bradesco Financiamentos como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos distinta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

e) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Riscos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/0-5


 O pedido de liminar busca obstar um veto num prazo previsto na Constituição (...), quase impedindo o Congresso de legislar
 Rosa Weber, ministra do STF.

STF vota. Contra os cronológicos.

Ministros do Supremo votaram ontem contra análise cronológica dos 3 mil vetos presidenciais que se acumulam devido a uma decisão do ministro Fux, em 2012.

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou de ontem pela derrubada da decisão que obriga o Congresso a analisar em ordem cronológica os vetos presidenciais que aguardam votação. A medida já havia sido determinada pelo ministro Luiz Fux no fim do ano passado. Votaram nesse sentido os ministros José Antonio Dias Toffoli, Teori Zavascki, Rosa Weber, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes. até ontem à noite, cinco ministros ainda não haviam analisado o mérito do caso e não discutiram uma solução para o impasse.

A polêmica começou no final de 2012, quando parlamentares do Rio de Janeiro e do Espírito Santo recorrem ao Supremo Tribunal Federal para barrar a votação do veto da presidente Dilma Rousseff à lei dos royalties, que estabelece uma nova distribuição das receitas de petróleo de acordo com os Estados - produtores ou não.

Em decisão provisória, Luiz Fux determinou que os vetos precisavam ser votados seguindo a ordem de chegada ao Legislativo, o que suspendeu a análise do veto dos royalties e ainda criou um impasse em torno da votação de outros projetos pelos congressistas.

Durante seu voto ontem, Toffoli questionou a tese do relator do caso, Luiz Fux, de que há

uma obrigação constitucional para que os vetos sejam analisados na ordem de chegada ao Congresso. "Eu não vejo que se impõe uma ordem cronológica de votação. Eu fico a pensar que se houvesse um lei que a partir de 1º de março o Supremo teria que votar os processos pela ordem cronológica de entrada no Tribunal, nós estaríamos vinculados a isso?"

Para Toffoli, seria impossível impedir uma votação no Congresso antes que ela ocorresse. "Eu lembro a dificuldade de dar uma decisão que impede outro poder de deliberar. Nós até podemos analisar, se a deliberação foi ou não compatível com a Constituição, mas obstar um poder de deliberar é algo possível, não se fecha a porta para absurdos."

Novos vetos - Mais novo integrante da Corte, o ministro Teori Zavascki foi quem mais votou sobre a discussão do mérito da questão e indicou que deve apoiar a tese de que a ordem cronológica vale apenas para os novos vetos que chegam ao Congresso, ou seja, tornando sem efeito os mais de 3.000 que aguardam deliberação.

A ministra Cármen Lúcia disse que é inconstitucional o fato de o Congresso não votar os vetos em 30 dias. "Ninguém nega que houve descumprimento da ordem constitucional, que a situação vem de modo grave, mas a qual-

Dado Sampaio/Estadão Conteúdo



Sessão do STF, em Brasília, ontem, ao analisar os recursos contra a decisão que obrigou o Congresso a votar 3 mil vetos em ordem cronológica.

quer decisão que afete quatro de modo normativo brasileiro, deve ter decisão final e que não crie mais problemas".

Ao votarem pela derrubada da decisão provisória de Fux, Teori Zavascki e Rosa Weber entendem que não foi correto o instrumento jurídico utilizado pelos parlamentares do Rio de Janeiro e do Espírito Santo para impedir que a votação do veto à

lei dos royalties pelo Congresso, que acabou levando a determinação para análise cronológica. "Na verdade, o pedido de liminar busca obstar um veto num prazo previsto na Constituição. Até exagerando, quase impedindo o Congresso de legislar", disse Rosa Weber.

Para o ministro Ricardo Lewandowski, a medida pode representar "uma invasão de

uma seara que é privativa ao Congresso Nacional". Em seu voto, mais cedo, Luiz Fux negou que esteja interferindo em uma questão interna do Congresso. "Não é o judiciário que está determinando (a votação cronológica), é a Constituição que assim o faz."

"O veto faz parte do processo legislativo. Não se pode desconsiderar o veto e as con-

seqüências do veto. É absolutamente inimaginável que se possa dizer o que passou, passou", completou Fux.

Os presidentes da Câmara e do Senado, Henrique Alves (PMDB-RN) e Renan Calheiros (PMDB-AL) se reúnem hoje para definir o formato de votação dos mais de 3.000 vetos presidenciais que estão na pauta do Congresso.